

1 Introdução

Joaquim Pintassilgo¹ & António Teodoro²

¹ UIDEF | Instituto de Educação | Universidade de Lisboa

japintassilgo@ie.ulisboa.pt

<https://orcid.org/0000-0001-7685-7367>

² CeiED | Instituto de Educação | Universidade Lusófona

a.teodoro@ulusofona.pt

<https://orcid.org/0000-0001-7819-0498>

No dia 25 de julho de 1973 o *Diário do Governo* publicava o texto da Lei 5/73, que aprovava “as bases a que deve obedecer a reforma do sistema educativo”, o fruto principal de um processo iniciado em janeiro de 1971 com a apresentação de dois documentos, *Projeto de Sistema Escolar e Linhas Gerais de Reforma do Ensino Superior*.

Os documentos divulgados em comunicação ao País de 6 de janeiro de 1971 pelo então jovem Ministro da Educação Nacional, José Veiga Simão, apresentavam a ossatura do seu projeto reformador: fomento da educação pré-escolar, prolongamento da escolaridade obrigatória, reconversão do ensino secundário, expansão e diversificação do ensino superior. Mas a comunicação apelava para um inédito debate público, no contexto de um regime ditatorial, onde a liberdade de opinião e de associação estava seriamente coartada.

Entre a apresentação das ideias reformadoras em janeiro 1971 e a sua promulgação em julho de 1973, sob a forma de Lei aprovada na

então Assembleia Nacional, o País assiste, num contexto global desfavorável, a uma ‘discussão pública’ e a uma intensa atividade legislativa, consagrando em diplomas parcelares, sob o pretexto da ‘experimentação pedagógica’, aspetos fundamentais das linhas de reforma anunciadas e debatidas.

A ação reformista do Ministro Veiga Simão insere-se no período final do Estado Novo, que antecede a Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974 e a mudança de rumo para um Portugal democrático. Insere-se na última tentativa de uma ‘renovação na continuidade’ de um regime agora liderado por Marcelo Caetano, que, em mais de quatro décadas, tinha levado Portugal a um impasse, bem espelhado numa guerra colonial sem sentido e sem fim à vista.

Inquestionavelmente, a reforma Veiga Simão representou um período que colocou a educação no centro dos debates sobre o desenvolvimento e a modernização do País. Mas permitiu também, pelos seus limites e contradições, tornar bem visível para a sociedade portuguesa o completo esgotamento da forma política organizativa do Estado Novo.

O livro que aqui se apresenta reúne um conjunto de contributos originais sobre dimensões diversas da reforma Veiga Simão tendo em vista um conhecimento mais global e aprofundado de um objeto de estudo que, embora muito presente nos debates educativos, tem sido relativamente esquecido pela historiografia educacional.

António Teodoro reflete, no capítulo inaugural, sobre o contexto mais vasto que serve de cenário à reforma Veiga Simão, a começar pelas tímidas mudanças políticas encetadas por Marcello Caetano a partir do momento em que substituiu Salazar na chefia do governo numa perspetiva, assumida pelo próprio, de “renovação na continuidade”. O autor aborda igualmente a política económica “desenvolvimentista” que caracteriza a última fase do regime autoritário e aponta o fator guerra colonial, e a incapacidade para lhe pôr termo,

como um dos principais elementos de bloqueio que conduz ao afastamento de setores da oposição moderada e ao endurecimento do regime. Finalmente, analisa o sentido e as limitações da “democratização do ensino” que serve de bandeira à reforma, a amplitude do “debate público” desencadeado pelas iniciativas do ministro, o conjunto de “experiências pedagógicas” que antecedem a própria Lei 5/73 e o isolamento final de Veiga Simão no seio do poder marcelista.

Licínio Lima reflete sobre o principal dilema da reforma Veiga Simão, a promessa de uma “democratização do ensino” num contexto que não tinha nada de democrático, e interroga-se: era esta “uma reforma impossível?” O próprio conteúdo da reforma, na opinião do autor, tinha muitas limitações relativamente ao ideal democrático: dela não constavam a democratização do currículo, a gestão democrática ou a participação estudantil. Estava-lhe subjacente uma visão “despolitizada” da escola, uma interpretação “meritocrática” da igualdade de oportunidades e uma crença ingénua no poder da educação para mudar a sociedade. O autor debruça-se, finalmente, sobre a influência da Lei 5/73 nos contextos pós-revolucionário e democrático, considerando-a reduzida, mesmo quando a reforma antecipa algumas das tendências da política educativa então produzida, designadamente no que se refere à unificação do ensino, à diversificação do ensino superior ou à formação de professores, numa dialética de continuidade/rutura.

Maria João Cardona traça um panorama amplo sobre a educação de infância no Estado Novo, ao longo do qual predominou uma conceção que remetia a educação das crianças para o lar, o que deixou apenas campo para algumas iniciativas privadas. As alterações começam a ocorrer na década de 1960 com uma maior pressão, por via das mudanças sociais, para a criação de instituições para a infância e com a crescente valorização do seu potencial educativo, num ambiente pedagógico também ele em processo de renovação. A

autora analisa, em seguida, a presença do pré-escolar (3 a 6 anos) e da formação de educadoras de infância na Lei 5/73, que era omissa em relação às crianças menores de 3 anos, considerando que, não obstante as suas limitações, a reforma Veiga Simão havia representado um momento importante para a história da educação pré-escolar e o início da construção de um edifício.

O capítulo subscrito por Carla Vilhena, António Gomes Ferreira e Luís Mota toma igualmente como objeto de estudo a educação de infância, ainda que numa perspetiva diferente, centrando-se no debate sobre a mesma no período entre a apresentação das propostas de Veiga Simão (1971) e a aprovação da Lei (1973). Os autores recorreram a fontes diversas, que incluíram um relatório crítico, o debate na Assembleia Nacional e a imprensa, e selecionaram quatro categorias para organizar a informação resultante da pesquisa: 1) importância e necessidade da educação de infância; 2) finalidades da educação de infância; 3) Métodos pedagógicos e práticas educativas; 4) Agentes de ensino. Para finalizar, consideram ter existido um consenso alargado em torno da questão da expansão da educação pré-escolar e da valorização da sua função educativa.

Raquel Henriques toma como objeto de estudo, no seu capítulo, o tema das “experiências pedagógicas” desenvolvidas pelo ministério de Veiga Simão e que foram antecipando dimensões diversas da reforma ainda em discussão pública; para que isso fosse formalmente possível, recorreu-se a um diploma do tempo do ministro Galvão Teles. O núcleo central desse ímpeto reformista foi constituído pelos 3º e 4º anos experimentais. A autora seleciona as ideias de unificação, flexibilização e experimentação como palavras-chave das mudanças operadas a esse nível, destacando opções como a união de diversos ramos de ensino em disciplinas, a colaboração que se pretendia fomentar entre os docentes e o processo de elaboração de fichas de trabalho e de avaliação, em rutura com um ensino centrado no manual. Finalmente, analisa a polémica desen-

cadeada na imprensa à volta dessas mudanças e as dificuldades colocadas à sua implementação.

O capítulo escrito por Carlos Pires é dedicado ao projeto de criação de “escolas normais superiores”, incluído na reforma Veiga Simão, e que constituía uma das estratégias tendo em vista a expansão e diversificação do ensino superior. Essas escolas tinham como finalidade a formação de professores para o ensino preparatório, que a reforma projetava alargar de dois para quatro anos. O autor analisa as implicações dessa opção no que se refere à reorganização do ensino básico e aponta as ambiguidades que lhe estavam subjacentes, por exemplo no que diz respeito à manutenção das escolas do magistério primário como parte do ensino médio. Finalmente, questiona a eventual ligação entre o projeto falhado das “escolas normais superiores” e a criação, nos anos 1980, das “escolas superiores de educação” e respetiva inserção no ensino superior politécnico.

Igualmente dedicado ao ensino superior é o capítulo escrito por Joaquim Mourato, o qual toma como objeto central de estudo a institucionalização do modelo binário no âmbito do processo de diversificação iniciado por Veiga Simão e continuado, ainda que em moldes diferentes, já em período democrático. O texto está organizado à volta de quatro pontos: 1) A diversificação do ensino superior antes da formalização do sistema; 2) a definição do sistema binário; 3) Expansão da rede e situação atual; 4) Que futuro para o ensino superior? A abordagem toma como referência o subsistema politécnico. Segundo o autor, as mudanças consideradas necessárias, em face dos novos desafios com que se confronta o ensino superior, implicam uma diferenciação de projetos e de estratégias e o fortalecimento da relação da academia com os territórios e com as pessoas.

Inês Sousa e Elisabete Ferreira refletem sobre a concretização da democracia na escola pública portuguesa ao analisarem diferentes

momentos em que a participação dos alunos teve visibilidade pública. Iniciando a sua trajetória nos anos finais do regime autoritário, as autoras passam, entre outros, pelos momentos da “geração rasca”, da “geração à rasca” e, finalmente, pelo “Movimento Voz aos Estudantes” que se espera que possa fazer infletir a perda de lugar e a redução da participação dos alunos no governo das escolas.

O último capítulo, da autoria de Daniel Chiozzini e de Eduardo Norcia Scarfoni, é dedicado à modernização educativa em contextos ditatoriais – situação que os autores designam por “modernização autoritária” – usando, para tal, os casos da ditadura civil-militar brasileira e do regime autoritário português, na sua última fase, e tomando como eixo de análise a ideia de “experimentalismo educacional” nas suas diversas interpretações. Para além da busca das raízes dessa ideia, são analisados com mais detalhe os casos da reforma Veiga Simão (e seus antecedentes) e da reforma consubstanciada no Brasil pela Lei 5692 de 1971, ambas inspiradas, segundo os autores, na teoria do “capital humano”.

O presente livro decorre do Colóquio *Nos 50 Anos da Reforma Veiga Simão: a política educativa entre mudanças e continuidades*, que revisitou esse momento marcante da história da educação em Portugal, e que foi organizado pelo Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED), da Universidade Lusófona, e a Associação de História da Educação de Portugal (HISTEDUP). Um contributo para outros trabalhos que, esperamos, possam vir a ser desenvolvidos no futuro pela comunidade da História e das Ciências da Educação em Portugal.

Lisboa, outubro de 2024